



CADERNOS **luoppa**
APRENDIZADOS DO 2º LAB
AMAZÔNIA



FARINHA DE MADIOCA

Feita a partir da desidratação e moagem da mandioca, essa farinha fornece 71% da necessidade diária de Vitamina C, auxiliando na saúde da pele, dentes e gengiva. Apresenta menor carboidrato que a farinha de mandioca.

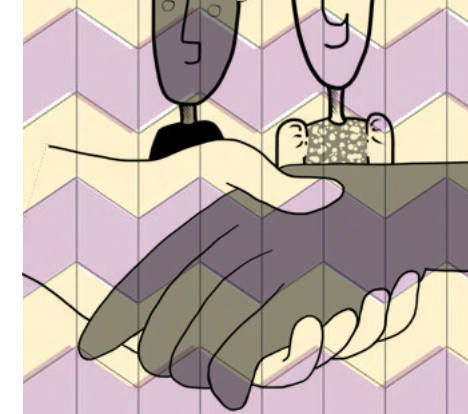


AÇAÍ

Fonte rica em proteínas, fibras, lipídios, o açai ainda possui Vitamina C, Vitamina B1 e Vitamina B2, além de Fósforo, Ferro e Cálcio.



INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



IDEALIZAÇÃO E
REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



APOIO PLENO



APOIO MASTER



APOIO ESPECIAL



PARCERIA
METODOLÓGICA



APOIO INSTITUCIONAL



CIDADES MENTORAS



ORGANIZAÇÕES MENTORAS



AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

EQUIPE LUPPA 2ª EDIÇÃO

COORDENAÇÃO
GERAL

Juliana Tângari
COMIDA DO AMANHÃ

COORDENAÇÃO

Elizabeth Moura
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Francine Xavier
COMIDA DO AMANHÃ
Mônica Guerra
COMIDA DO AMANHÃ
Rodrigo Perpétuo
ICLEI AMÉRICA DO SUL

GERENTE DE
PROJETO

Thais Barreto
COMIDA DO AMANHÃ

COMUNICAÇÃO

Jhonathan Freitas
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Stephanie Gouvea
COMIDA DO AMANHÃ
Thais Barreto
COMIDA DO AMANHÃ

CONTEÚDO, APOIO
OPERACIONAL E
RELACIONAMENTO
COM CIDADES

Bruce Scheidl
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Guilherme de Franco
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Maria Eduarda Lemos
COMIDA DO AMANHÃ
Roberta Curan
COMIDA DO AMANHÃ
Tárzia Medeiros
COMIDA DO AMANHÃ

APOIO PROSPECÇÃO

Ana Vitória Wernke
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Armelle Cibaka
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Cibele Carneiro
ICLEI AMÉRICA DO SUL
Leta Vieira de Souza
ICLEI AMÉRICA DO SUL



CADERNOS LUPPA

CURADORIA E
CONTEÚDOS

Francine Xavier
Juliana Tângari
Roberta Curan
Tárzia Medeiros
Thais Barreto

REVISÃO DE TEXTO

Cibele Carneiro
Elizabeth Moura
Maria Eduarda Lemos
Mônica Guerra

PROJETO GRÁFICO
& ILUSTRAÇÕES

Josélia Frasão

FOTOGRAFIAS

Josélia Frasão

páginas 16, 17, 21(7712)

Juliana Rossini

páginas: 1, 12, 14, 13, 18, 19,
20, 21, 41,

Stephanie gouveia

página 21 (003),



AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA
CADERNOS LUPPA

JUNHO
2023

EQUIPE DE APOIO LUPPA LAB

FACILITAÇÃO
GRÁFICA

Josélia Frasão
COMIDA DO AMANHÃ

FOTOGRAFIAS

Juliana Rossini
Josélia Frasão

PRODUÇÃO

Ana Monteiro
Alexandre Unger Clemente
Danilo de Sando Nascimento
Esther Fernandes de Sando
Felipe Thiago Silva De Oliveira
Luiz Fernando Correa Borges
Marcelo Makoto Oliveira Tugumi
Samir Santos de Oliveira
Amanda Balan (recepcionista)
Paloma Góis (recepcionista)

FACILITAÇÃO E APOIO DOS
GRUPOS DE TRABALHO DO LAB

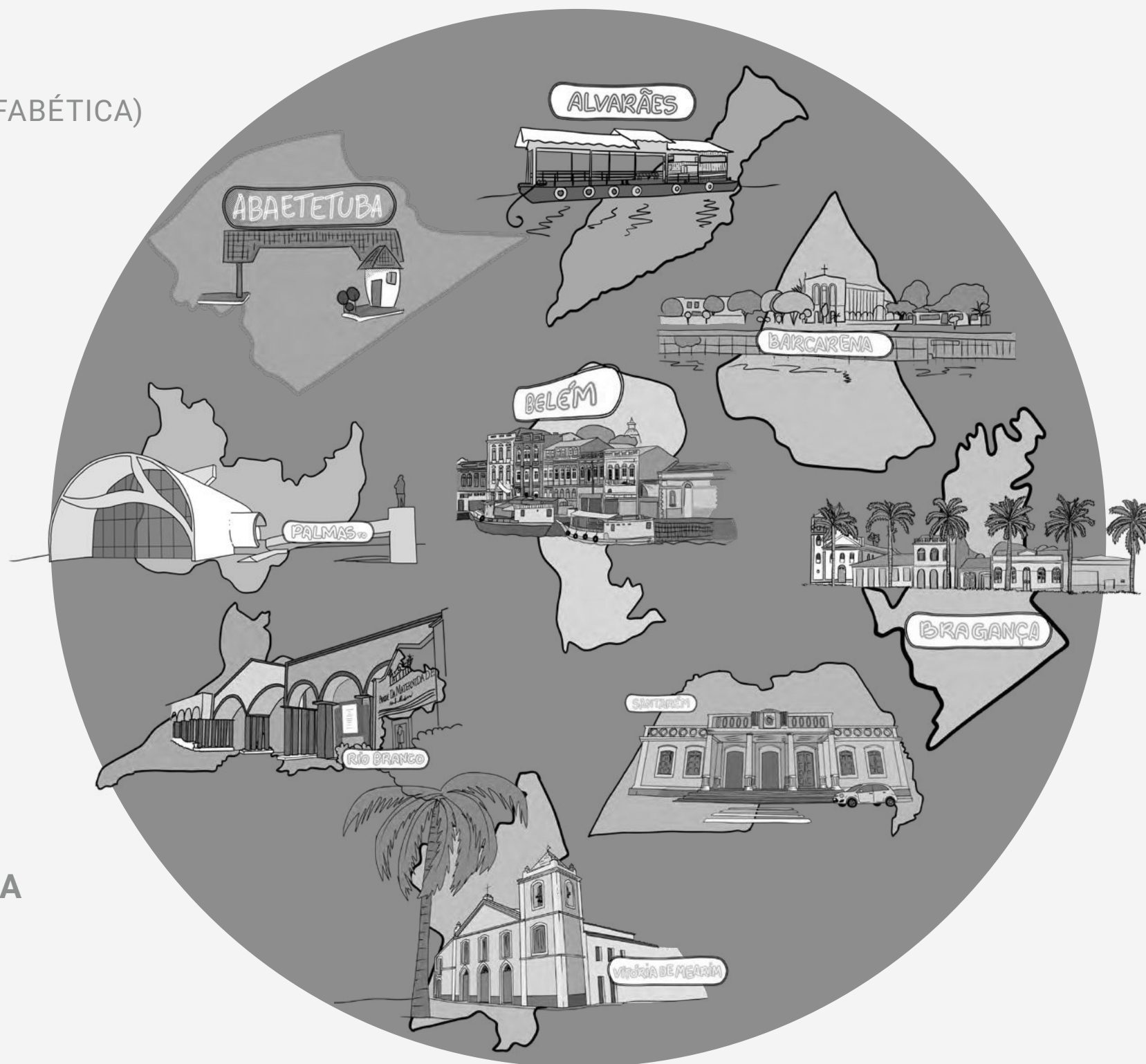
Adelcia Patrícia Vaz Almeida
Bruce Scheidl
Camila Ceylão
Catia Grisa
Fabício Muriana
Maria Eduarda Lemos
Elizabeth Moura
Francine Xavier
Flávia Brito
Juliana Tângari

Luana Rocha
Lucilene Danciguer
Maria Siqueira
Maurício Alcântara
Melissa de Araújo
Mônica Guerra
Olivia Honório
Roberta Curan
Tárzia Medeiros
Virginia Antonioli
Yasmin Monteiro

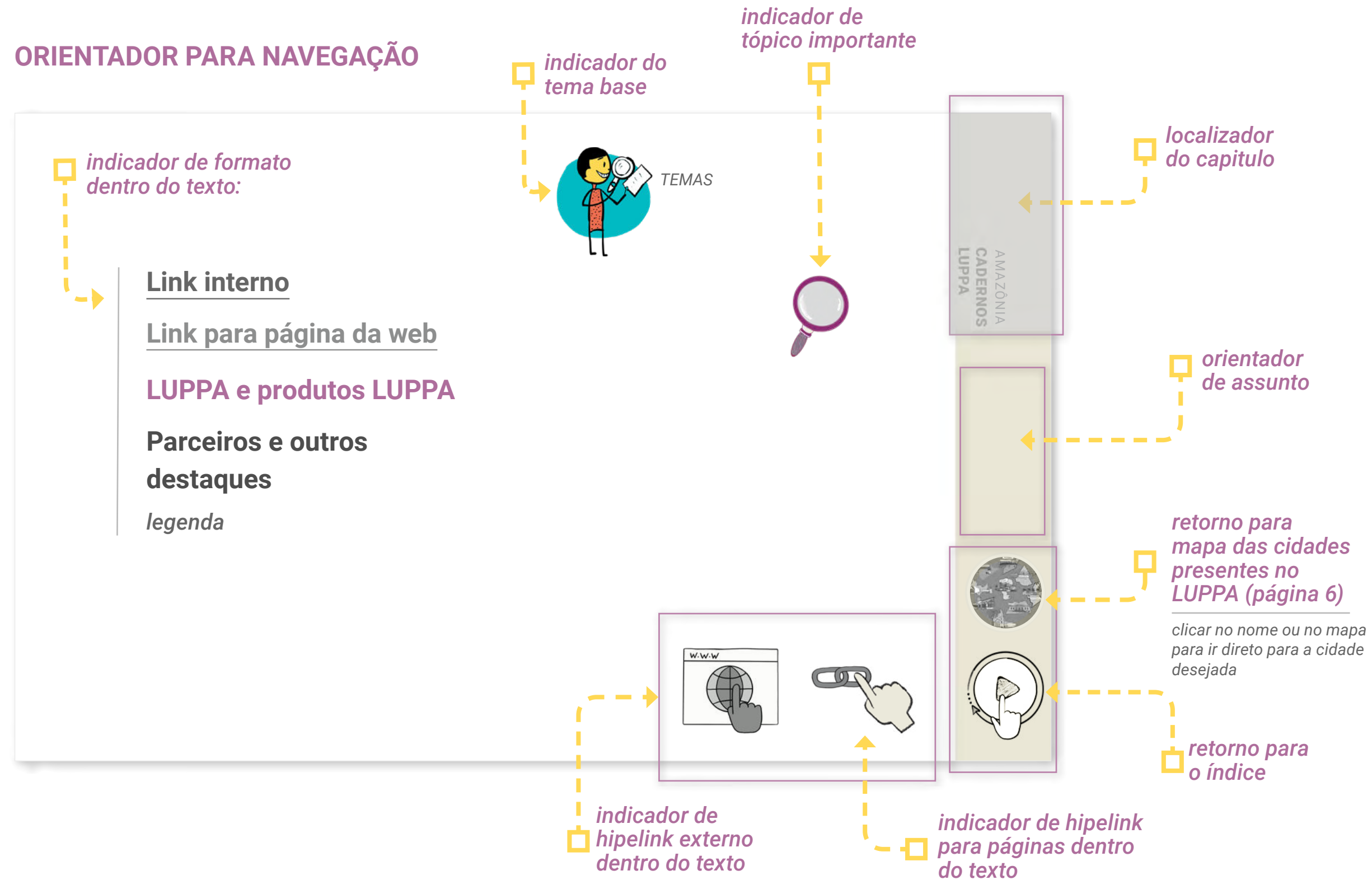


CIDADES AMAZÔNICAS PARTICIPANTES DO LUPPA LAB #2

- (EM ORDEM ALFABÉTICA)
- Abaetetuba • PA
 - Alvarães • AM
 - Barcarena • PA
 - Belém • PA
 - Bragança • PA
 - Palmas • TO
 - Rio Branco • AC
 - Santarém • PA
 - Vitória do Mearim • MA



ORIENTADOR PARA NAVEGAÇÃO





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cadernos LUPPA [livro eletrônico] : aprendizados do 2º Lab : Amazônia / organização Instituto Comida do Amanhã, Iclei América do Sul; ilustrações Josélia Frasão. -- Rio de Janeiro, RJ : Comida do Amanhã, 2023.
PDF

ISBN 978-65-980965-1-9

1. Alimentação - Aspectos sociais 2. Amazônia
3. Políticas públicas 4. Projetos de desenvolvimento econômico I. Instituto Comida do Amanhã. II. Iclei América do Sul. III. Frasão, Josélia.

23-166770

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas e práticas sociais 361.61

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

GLOSSÁRIO

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CADUnico - Cadastro Único do sistema de assistência social federal. Registro do governo federal que congrega dados das famílias de baixa renda no Brasil, mas é operacionalizado e atualizado pelas prefeituras municipais

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos municípios, utiliza-se a mesma sigla para significar Câmara Intersecretarias (ou Intersectorial) de Segurança Alimentar e Nutricional

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

COP - Conferência das Partes, é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em 1992

COPSAN - Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional de Belém do Pará

Conselho de SAN - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios - cujas denominações e siglas oficiais variam entre CMSAN, COMSEA, COMUSAN, etc. Por isso, preferiu-se nesta publicação designá-los indistintamente de Conselho de SAN

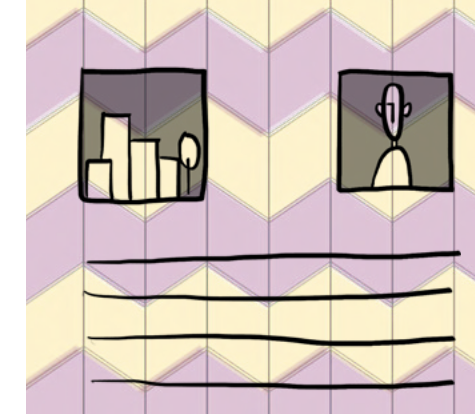
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sigla e denominação popular das autarquias estaduais destinadas a promover a assistência técnica e extensão rural nos estados

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (em sua sigla em inglês, Food and Agriculture Organization). Sediada em Roma, Itália, mas com escritórios regionais inclusive no Brasil, compõe, junto com o FIDA e o PMA, as chamadas agências romanas da ONU

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Tanto a União quanto estados e municípios devem editar sua própria LOSAN, como marco legal orientador de seu sistema de SAN (SISAN, SISAN estadual, SISAN municipal)

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Gerido pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE

LUPPA - Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares

OMS - Organização Mundial da Saúde

PACTO DE MILÃO - Pacto de Milão

para a Política de Alimentação Urbana, lançado em Milão, Itália, na Expo 2015. Não se trata de um compromisso obrigatório como os tratados internacionais, mas indica os compromissos voluntários de mais de 200 cidades signatárias ao redor do mundo com a agenda dos sistemas alimentares urbanos

PANCs - Plantas Alimentícias Não Convencionais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

PMAA - Programa Municipal de Aquisição de Alimentos

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEMAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC - Serviço Social do Comércio

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Quando reproduzido nos estados e municípios, referimos: “SISAN estadual”; “SISAN municipal”

SMSAN - Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE

1

APRESENTAÇÃO
▶12

2

CONTEXTO
▶15

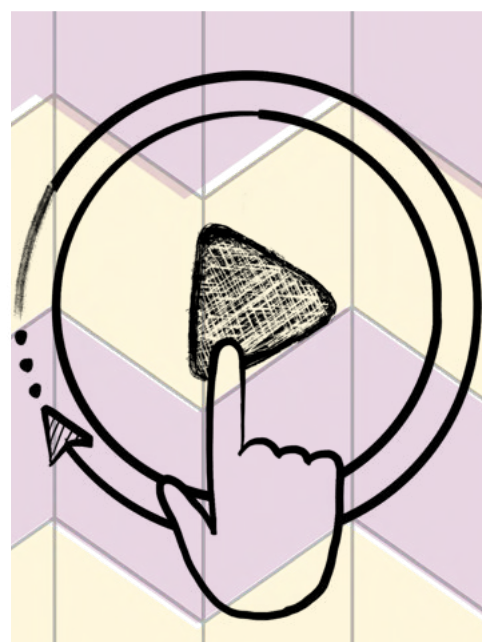
3

CASOS INSPIRADORES
▶20



4

CONCLUSÃO
▶41



AGRADECIMENTOS

Os resultados trazidos nesta publicação são os resultados do trabalho incansável de toda a equipe do **LUPPA**, composta por colaboradores e voluntários extremamente dedicados ao projeto e à sua missão. Não teríamos chegado aqui sem o trabalho de cada uma dessas pessoas. O mesmo se diz dos nossos apoiadores e parceiros, que acreditam no projeto e nos concederam a energia necessária para que o **LUPPA** possa ser realizado com as melhores ferramentas possíveis.

A cada uma das equipes das prefeituras e conselhos das cidades participantes e das cidades mentoras, agradecemos imensamente a confiança, a dedicação e o empenho. Afinal, as lições compartilhadas nesta publicação revelam o trabalho e as conquistas que cada uma destas equipes já realiza em seus territórios.



1. APRESENTAÇÃO

A Amazônia Legal representa quase 60% do território brasileiro e abriga a maior e mais biodiversa floresta tropical do planeta, com rios gigantes, florestas ainda intocadas e recursos naturais abundantes, fundamentais para o equilíbrio climático do planeta. Além disso, ainda é o lar de uma imensa diversidade de povos, etnias, culturas e saberes, distribuídos em suas cidades e florestas.

Este território tão vasto e rico tem atraído muitos interesses e disputas protagonizadas por atores nacionais e internacionais.

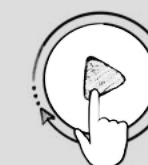
Estas disputas têm resultado na reprodução de um modelo predatório que desmata as florestas,

promove a grilagem de terras públicas, invasão de terras indígenas, financia a mudança do uso do solo, viabiliza o avanço do narcotráfico, do garimpo ilegal, da poluição dos rios, e outras injustiças climáticas e socioambientais penalizam a população local, propagam a miséria, aumentam a emissão de carbono e retroalimentam este ciclo vicioso que gera mais insegurança e predação.

Dados do Índice Multidimensional de Sistemas Alimentares Sustentáveis Revisado para o Brasil (MISFS-R) revela que apesar de toda sua celebrada abundância de recursos naturais, a Amazônia apresenta o pior cenário de insegurança alimentar, com menor acesso e disponibilidade de alimentos, menor diversidade de dieta, junto a maior carga de desnutrição crônica infantil.

Neste cenário se impõe o desafio de agir com urgência e responsabilidade para que a riqueza de povos, culturas, florestas, biodiversidade, águas e minerais estejam a serviço do equilíbrio climático, da alimentação adequada nutricional e culturalmente, da prosperidade, da justiça e do bem estar da população.

A gestão deste imenso patrimônio, que interessa a toda humanidade, não pode estar ancorada no modelo vigente. É preciso desenvolver um novo modelo capaz de gerar riquezas e renda



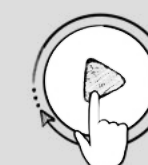
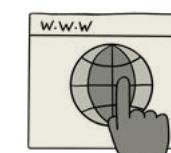
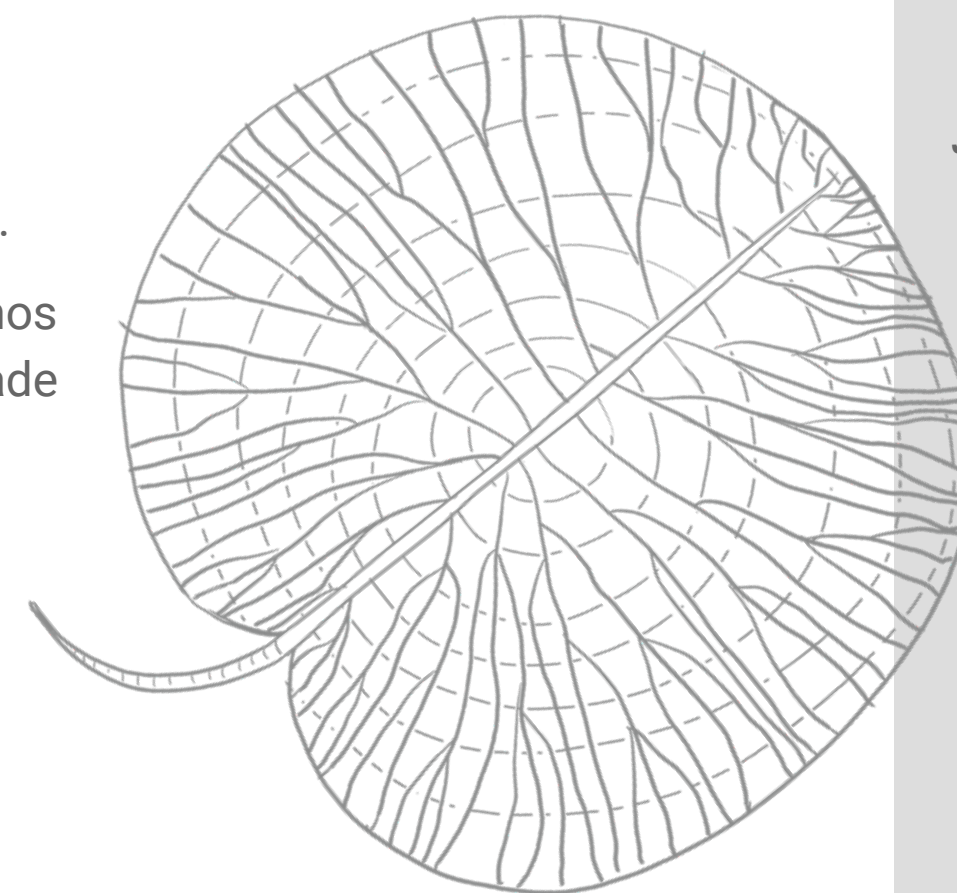
com conservação ambiental, inclusão social, ampliação dos direitos civis e baixa emissão de carbono, como sugere o documento “100 primeiros dias de governo: propostas para uma agenda integrada das Amazônias” feito pela Uma Concertação Pela Amazônia.

Diversas iniciativas e propostas para construção deste novo modelo estão em andamento, aliando partes interessadas locais, nacionais e internacionais.

O papel dos governos subnacionais e da sociedade civil organizada, com destaque para os povos e comunidades tradicionais, é fundamental neste processo. Os municípios podem e devem contribuir para

a mudança fortalecendo sua governança e trocas com todas as partes interessadas, trazendo seus saberes e especificidades para as discussões, aliando inovação e ancestralidades para resolver os desafios locais e gerar resultados globais que poderão servir de modelo para todo planeta.

Aqui nos cadernos **LUPPA** apresentamos diálogos e experiências da Comunidade **LUPPA** da Amazônia Legal para apoiar e colocar no centro da mesa as discussões sobre a Amazônia que queremos.



CONTEXTO 2

AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA



2. CONTEXTO

A região amazônica possui características intrínsecas e totalmente distintas do restante do Brasil. Por isso, a apresentação do **Sumário Amazônia** é tão importante e busca concentrar informações específicas das cidades localizadas na Amazônia Legal. Vale lembrar que há uma quota de 40% das vagas abertas para participação nos ciclos anuais do **LUPPA** dedicada às cidades localizadas na Amazônia legal.

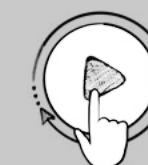
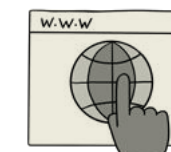
As cidades da Amazônia Legal selecionadas para a segunda edição foram Abaetetuba (PA), Barcarena (PA), Palmas (TO) e Vitória do Mearim (MA). Dentre estas, 1 está na categoria de até 50 mil habitantes, 2 cidades

com população entre 100 mil e 300 mil habitantes, e 1 cidade com população entre 300 mil e 600 mil habitantes.

No total, as cidades amazônicas participantes da segunda edição do **LUPPA**, incluindo primeira e segunda edição, foram: Abaetetuba • PA, Alvarães • AM, Barcarena • PA, Belém • PA, Bragança • PA, Palmas • TO, Rio Branco • AC, Santarém • PA e Vitória do Mearim • MA.

As especificidades destas cidades se destacaram ao longo do **LAB** e mostram a relevância de as políticas alimentares serem desenvolvidas levando em consideração os aspectos territoriais e locais de cada região. Maiores detalhes e

informações sobre as atividades desenvolvidas ao longo do **LAB** presencial, além das **Mentorias** e **Projetos Âncora** podem ser encontrados no **Cadernos de Aprendizado da Segunda edição do LUPPA.**



DEPOIMENTOS

"O QUANTO A ECONOMIA SOLIDÁRIA TEM A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL"

"COM ISSO CONSEGUIMOS VISUALIZAR E LEVAR PARA NOSSAS REALIDADES, IDEIAS MAIS CONCRETAS E COMO FAZER, COMO EXECUTAR ISSO QUANDO CHEGAMOS"

"COM O MODELO QUE FOI CRIADO E APRESENTADO PARA A GENTE TRABALHAR, A GENTE CONSEGUIU FAZER UM ENCADEAMENTO DE IDEIAS, UMA COMPLEMENTANDO AS OUTRAS"

"O QUANTO PRECISAMOS UNIR UNIVERSIDADE, SOCIEDADE CIVIL, PODER PÚBLICO,"

"A TROCA DE EXPERIÊNCIA FOI FANTÁSTICA PARA MIM,

"A FORMA COMO A DINÂMICA FOI CONDUZIDA PERMITIU QUE NOSSO ENTROSAMENTO FOSSE BEM MELHOR"

"A IMPORTÂNCIA DAS TROCAS E A NECESSIDADE DE ENTENDER A AGRICULTURA FAMILIAR

"E COMO DIRIA CHICO SCIENCE: UM PASSO À FRENTE E VOCÊ NÃO ESTÁ NO MESMO LUGAR"

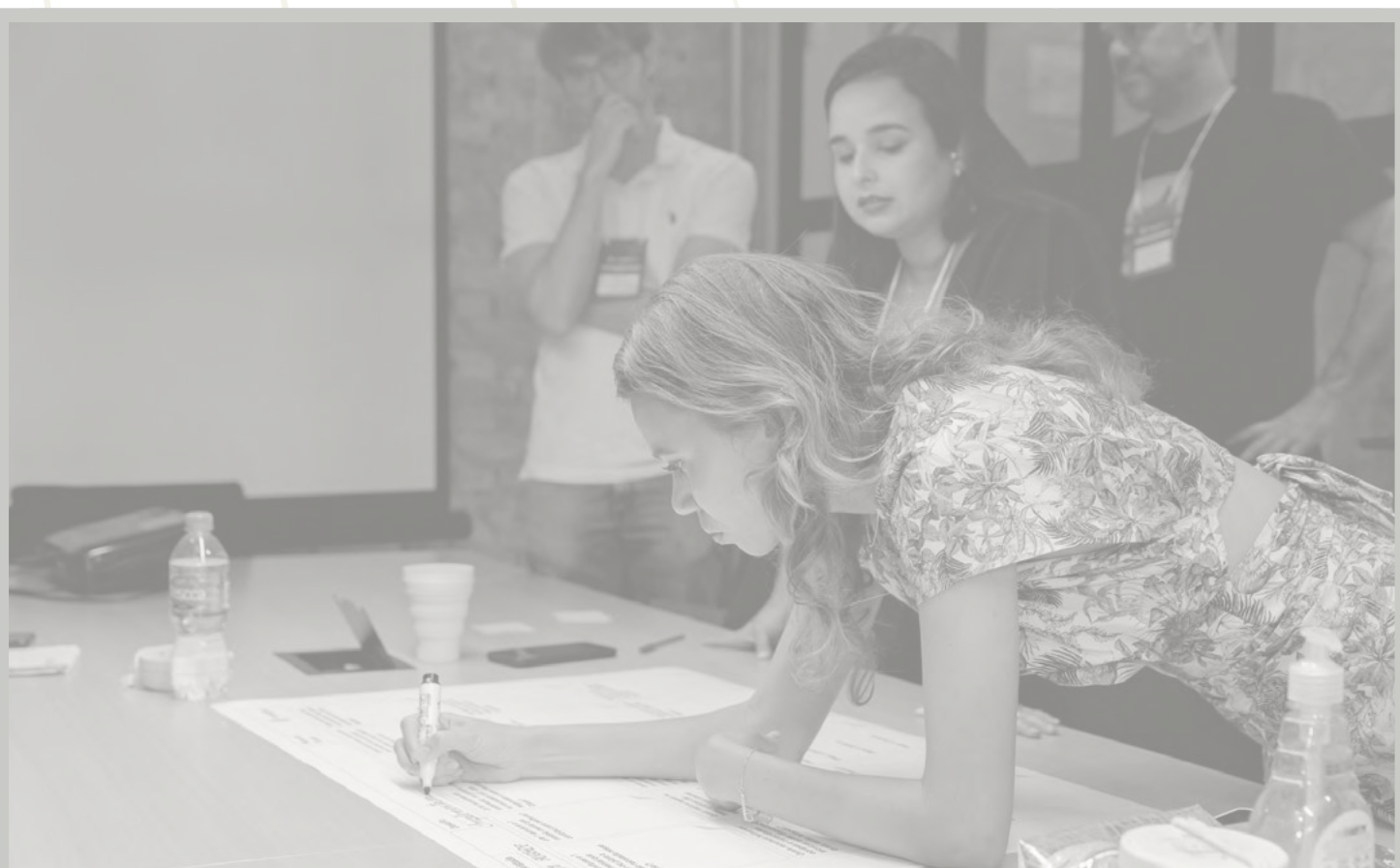
"A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS, QUÃO ENRIQUECEDOR FORAM AS TROCAS DE SABER O QUE CADA UM VEM FAZENDO"



2

AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA

LUPPA EM IMAGENS



CASOS INSPIRADORES

3


AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA



ppa LAB 2

3 de fevereiro - Hub Green Samp
São Paulo

NOME: EDSON
SOBRENOME: CARDOSO
CIDADE: BARCABENA
ÓRGÃO: SEC. AGRICULT


AÇAÍ
Fonte rica em proteínas, fibras,
lipídios, o açaí ainda possui Vitamina
Vitamina B1 e Vitamina B2, além
Fósforo, Ferro e Cálcio.

3. INICIATIVAS QUE INSPIRAM

Programas e ações de referência das cidades participantes do LAB #2



Durante as atividades do **LUPPA**, informações sobre as experiências, desafios e conquistas de cada cidade são trazidos ao longo do preenchimento de seus diagnósticos, da realização das entrevistas de ingresso, e dos debates realizados nas oficinas do **LUPPA**. Buscamos neste capítulo realizar um compilado dessas referências de cada uma das cidades participantes do **LUPPA LAB**, totalizando 9 cidades. Ressalte-se que estas referências não pretendem, de forma alguma, exaurir todas as iniciativas e toda a atuação de cada município em prol de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Desejamos retratar apenas alguns destaques das experiências que foram

compartilhadas durante as atividades. Em cada cidade, destacamos também qual ação pode se caracterizar como uma ação inovadora ou merecedora de mais atenção de estudiosos e especialistas em políticas alimentares.



3

AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA

INICIATIVAS



3.1. CIDADES QUE INGRESSARAM NA 2ª EDIÇÃO



ABAETETUBA (PA)
População (Censo 2022):
158.188 habitantes
Área: 1.610 km²

Localizada na região do Baixo Tocantins, na margem direita da foz do Rio Tocantins, estado do Pará, o município de Abaetetuba tem uma população de 158.188 habitantes e seu território possui duas ilhas fluviais, cujos rios cortam a cidade e abastecem a população com água para produção de alimentos.

As políticas da gestão municipal voltadas para os sistemas alimentares ganham destaque pela sua diversidade e pela interação e participação da sociedade civil. Em algumas delas, é possível verificar o protagonismo das mulheres e da juventude local na gestão das iniciativas.



TEMAS

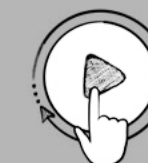
manejo hídrico, mulheres, juventude

O Programa “Mulheres de Flores e de Aço”, idealizado pela prefeitura, faz a conexão entre mulheres agricultoras do PAA e mulheres da cidade, que se juntam para produzir hortas urbanas, arborização e paisagismo nas praças da cidade. A rede de agroecologia formada na cidade é voltada para mulheres, ressaltando o seu papel como guardiãs das plantas medicinais e alimentícias.



Nas experiências de manejo hídrico, a comunidade tem papel central para a melhoria da qualidade das águas. As comunidades quilombolas existentes no município também são bastante atuantes. São 14 comunidades quilombolas distribuídas nas ilhas e em territórios no continente,





cujas representações fazem parte do Conselho de SAN.

Nos últimos anos, houve uma ampliação das políticas de SAN, tanto nas iniciativas produtivas e de comercialização, como também no marco legal que favorece a interação do poder público com a população. A criação da CAISAN e a reativação do Conselho de SAN apontam para um avanço importante no município, que caminha para a realização da 4ª conferência municipal e para a formulação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. A variedade ampla de produtos da agricultura familiar pode ser vista na comercialização feita nas feiras e no fornecimento de alimentos para a merenda

escolar. O município conta com o apoio da EMATER para emissão das DAP's.

A criação e fortalecimento das feiras de agricultura familiar e de produtores rurais fez com que a relação de consumo entre quem produz e quem consome predomine na cadeia de produção, eliminando o papel de atravessadores. Chama a atenção a incorporação de aspectos da socioeconomia solidária nas práticas produtivas, com a troca de práticas na terra ou de uso do arado por doação de parte da produção, assim como a troca de filhotes de galinha por galinhas crescidas. As associações de agricultores têm protagonismo nas ações de SAN. Os produtores que são apoiados pela SEMAGRI fazem doação de alguns produtos, que depois são

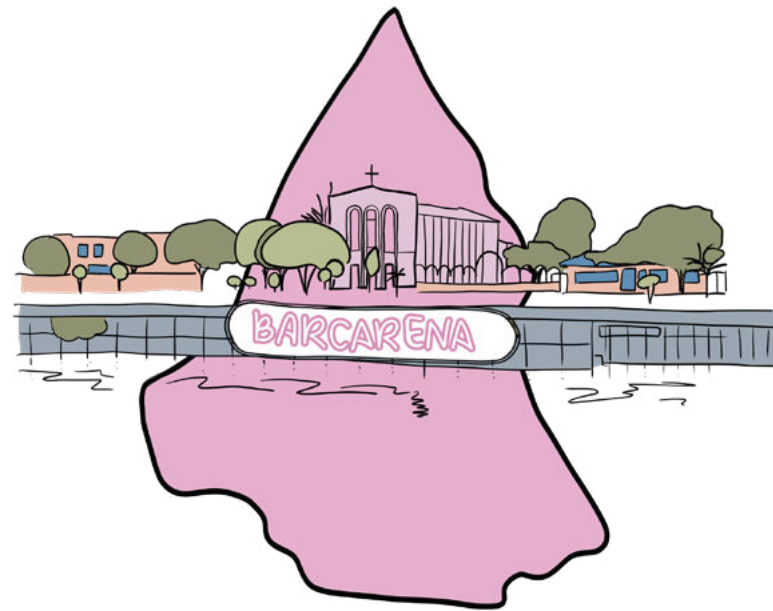
repassados para instituições da cidade, como APAE e Pastoral da Criança.

Para o próximo período, a gestão pretende avançar na construção do Plano de Ação Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, lançando mão dos diagnósticos e de levantamento de dados para que o plano seja implementado de forma efetiva e para tornar possível o seu monitoramento. As experiências bem-sucedidas no município de Abaetetuba estimulam outros territórios da região Norte, demonstrando que, mesmo diante das adversidades, é possível consolidar políticas públicas de SAN no âmbito do município, estabelecendo redes no seu entorno.



TEMAS

marco legal de SAN, desenvolvimento circular, mulheres



BARCARENA (PA)

População (Censo 2022):

126.650 habitantes

Área: 1.310 km²

Barcarena está localizada no estado do Pará e faz parte da Região Metropolitana de Belém, juntamente com outros sete municípios, tendo se destacado pelas iniciativas bem-sucedidas em relação à segurança alimentar e nutricional. Com uma população em torno de 126 mil habitantes (IBGE), o município possui uma diversidade de políticas públicas alimentares e de setores beneficiados, assim como a consolidação do marco legal que garante a execução destas políticas, que destacam-se na região.


Atualmente, o município possui 4 leis voltadas à SAN, a começar pela lei que criou o sistema de monitoramento de

Agricultura Familiar, que busca priorizar a produção e comercialização local de alimentos. Em 2022, foi criado o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (PMAA), implementado por meio de emenda parlamentar de dois deputados federais e cujo arcabouço legislativo se baseia no PAA federal. A lei de serviço de inspeção municipal foi criada para atender às demandas surgidas com o PMAA e de monitoramento da merenda escolar. Também foi criado o Fundo Acreditar, que é um fundo de investimento e de microcrédito para pequenos produtores e empreendedores, com o objetivo de garantir condições econômicas mínimas para iniciar um pequeno negócio.

O monitoramento e mapeamento de produtores locais contribui para o



funcionamento das demais iniciativas voltadas aos sistemas alimentares. No mapeamento georreferenciado da agricultura familiar, foram identificados 791 agricultores familiares e 800 pescadores artesanais. Atualmente, a gestão trabalha com 80 agricultores e 12 entidades, que fazem parte de projetos de assistência social.

 **As compras governamentais feitas através do PMAA e o fomento das cadeias produtivas, além da criação de equipamentos públicos para a comercialização local do excedente da produção, é o que garante mecanismos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.**

O município realiza a compra de frutas e hortaliças produzidas

localmente e doa para as famílias em situação de vulnerabilidade que fazem parte de programas sociais, por meio de organizações governamentais e não governamentais.

Os equipamentos e políticas voltados à comercialização da produção local da agricultura familiar destacam-se tanto pela garantia do acesso à renda, quanto pela priorização de mulheres e jovens no acesso a estas iniciativas. No município, funcionam cinco feiras e dois mercados, além do complexo comercial que está sendo construído para comercialização de alimentos da agricultura familiar e escoamento da produção local. Algumas dessas feiras são itinerantes. Para selecionar as pessoas que participam

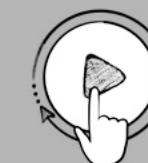
das feiras, foi implementada a matriz de escolha, que utiliza um sistema de pontos voltado à

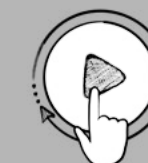


priorização das mães-solo para participação em feiras, posicionando a mulher como principal protagonista no processo de produção e comercialização da agricultura familiar.

Nas feiras da economia solidária, 70% dos participantes são mulheres artesãs e da agricultura familiar. Também são feitas capacitações de mulheres para a criação e abate de aves, assim como para a produção de chocolate artesanal.

A prefeitura garante uma logística gratuita de 15





ônibus que transportam a produção e os agricultores até a cidade, para onde é feito esse escoamento de comercialização do excedente. A feira de produtores da agricultura familiar acontece no mesmo local para onde são trazidos os alimentos fornecidos ao PMAA. O município possui abatedouro público, convênios de produção de mudas, convênios com produtores para produção de produtos artesanais, etc.

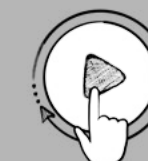


A Bioeconomia é usada como caminho para estimular a juventude a viver e produzir no campo, através do incentivo à produção agroecológica de alimentos. A escola agrícola no município também contribui para a manutenção da juventude nos territórios rurais.

A valorização e preservação da cultura alimentar local e das sementes nativas são objetivos centrais, e vão desde o incentivo a sistemas produtivos

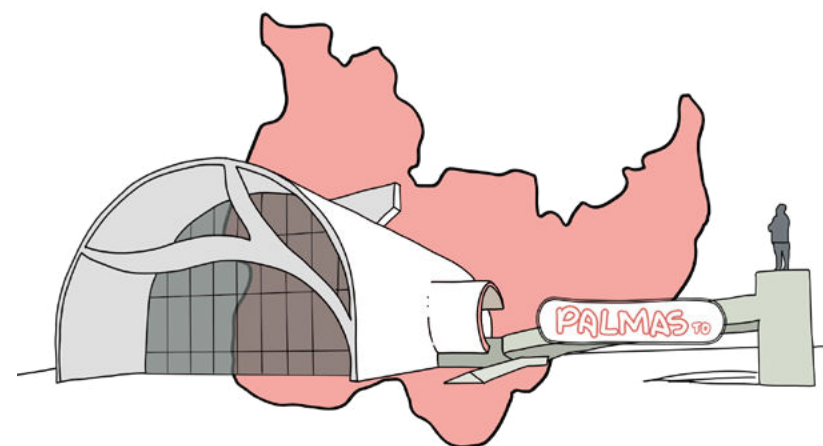
agroflorestais para a produção do açaí e do cacau, até a adoção de sistema de certificação do cacau e do açaí nativos, cuja comercialização é feita diretamente no mercado Ver-o-peso em Belém. O fomento na produção de cacau também é feito como subsídio da gestão. O turismo local é beneficiado pela realização do Festival do Abacaxi no mês de novembro.

Como objetivos a serem alcançados a médio e longo prazo, a gestão municipal pretende avançar na implementação de equipamentos públicos voltados aos sistemas alimentares, com a construção de um equipamento multifuncional que agregue banco de alimentos, cozinha comunitária e restaurante popular. Toda esta diversidade de iniciativas voltadas aos sistemas alimentares faz de Barcarena uma cidade na qual as políticas públicas têm um potencial promissor para a superação da insegurança alimentar.



TEMAS

*manejo hídrico, acesso à terra,
agricultura urbana*



PALMAS (TO)

População (Censo 2022):

302.692 habitantes

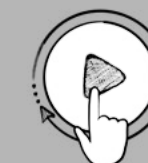
Área: 2.227 km²

Capital do estado de Tocantins, o jovem município de Palmas, fundado em 1989, possui cerca de 302.692 habitantes (IBGE), dentre os quais existem povos indígenas e quilombolas que habitam a região metropolitana, tendo sido a capital brasileira que teve o maior crescimento populacional desde o último censo de 2010. Este dado apresenta-se como um desafio para o planejamento da gestão relacionado às políticas alimentares. Entretanto, as iniciativas atuais revelam que o município tem tratado deste desafio com bastante cuidado, tendo sido bem-sucedido nas iniciativas demonstradas a seguir.

A cidade é cortada pelo rio Tocantins e por córregos cujas águas são captadas para utilização na produção de alimentos. Os processos de regularização

fundiária e desenvolvimento de projetos urbanísticos foram feitos com áreas reservadas para o desenvolvimento econômico da população, que geram renda e movimentam a economia através da produção de alimentos.

O objetivo é trazer, para a agenda fundiária, uma forma de ocupação urbana que agregue valores ambientais, urbanísticos e econômicos. Para isso, foram destinadas áreas ao cultivo local de alimentos por membros das comunidades, através da agricultura urbana e produção de alimentos nativos da região. A partir de parceria com a Secretaria de Assistência Social, é feito um cadastro utilizando o CAD único como parâmetro para agregar as pessoas ao cultivo de alimentos. A



gestão aproveita a vocação local, alinhada com as culturas das populações ocupantes, apoiando com estudo básico mercadológico e estudo do solo. A conscientização da população com práticas de reflorestamento é central, e hoje já está servindo como atividade econômica.

A comercialização descentralizada destes alimentos se dá através das



mini-feiras nos bairros, que funcionam como centros de abastecimento e distribuição de alimentos a baixo custo.

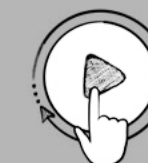
Estas feiras funcionam em parceria com a Secretaria de Agricultura, para comercializar a produção urbana de alimentos. Portanto, a expansão urbana de Palmas se dá de forma ordenada, com uso de hortas comunitárias como elemento norteador deste ordenamento, coordenada pela Secretaria de Urbanismo.

Este programa foi nomeado e é conhecido como Alimentação Palmas.

Para os servidores públicos, foi criado o Vale-alimentação municipal que pode ser utilizado no comércio local, garantindo uma complementação da renda através da aquisição de alimentos. A prefeitura também vem investindo na reforma de equipamentos sociais voltados aos sistemas alimentares, como restaurantes.

A experiência de Palmas demonstra que as parcerias firmadas entre a gestão municipal e vários entes, como é o caso do Conselho de SAN, da Universidade Federal de Tocantins e Universidade Católica, da **EMBRAPA** local (cuja expertise na produção de hortas, piscicultura e derivados do leite é reconhecida), é uma das garantias do sucesso destas iniciativas.

A junção de todos os esforços para tornar efetivas as políticas alimentares é válida para garantir comida no prato, geração de renda e consolidação destas iniciativas permanentemente.



TEMAS

desenvolvimento circular, soberania alimentar, mulheres, juventude

VITÓRIA DO MEARIM (MA)

População (Censo 2022):

30.805 habitantes

Área: 716 km²

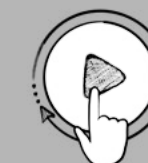
Vitória do Mearim é um município pertencente ao estado do Maranhão. Faz parte do bioma Amazônia e possui cerca de 30 mil habitantes atualmente (IBGE). Embora seja uma cidade de pequeno porte, tem se destacado pelas relevantes iniciativas relacionadas aos sistemas alimentares, seja com ações de preservação do patrimônio genético e de cultura alimentar, como também de incentivo e apoio à agricultura familiar na produção e comercialização de alimentos, com destaque para o protagonismo das mulheres e da juventude.

O extrativismo e a piscicultura têm uma importância central na cultura alimentar local e na garantia de segurança alimentar da população. Durante a pandemia do COVID-19, foram entregues peixes, principalmente

Tambaqui e Tabatinga, para as famílias em geral e para os pais de alunos da rede municipal de ensino. O extrativismo tem grande importância para o município, e são as mulheres que trabalham nesta atividade. O açaí, a jussara, o babaçu, o bacuri e o cupuaçu são algumas das frutas colhidas e beneficiadas por elas.



As quebradeiras de coco também estão presentes e se organizaram para criar uma cooperativa de mulheres que trabalhem com a coleta e beneficiamento deste alimento da floresta. A gestão municipal incentiva a preservação local do patrimônio genético vegetal através da doação anual e distribuição de sementes crioulas para o plantio.



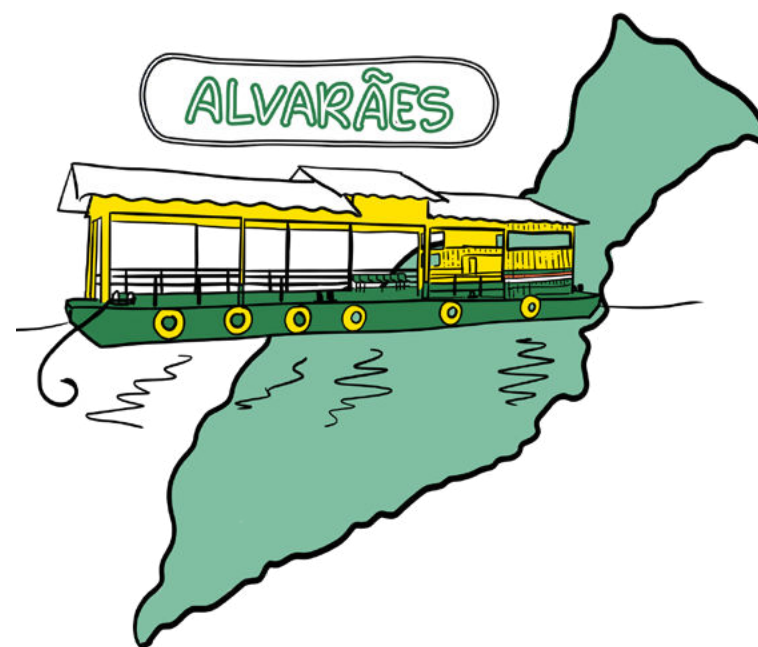
O fortalecimento da agricultura familiar é feito a começar pelo cadastro de agricultores que recebem incentivos à produção de alimentos e acesso às compras públicas direcionadas ao PNAE e aos equipamentos de SAN, ou ainda à comercialização em feiras de agricultores organizadas pela gestão, que acontecem semanalmente às sextas-feiras. Atualmente, está em fase de conclusão a construção da estrutura fixa da Feira do Agricultor com 9 barracas funcionando, onde são comercializados alimentos in natura e comidas típicas. Na feira também funciona um espaço cultural para eventos.

Dos alimentos adquiridos através do PNAE para as escolas municipais, 60% são provenientes da agricultura familiar, com um investimento de R\$ 204 mil reais em 2021. Além disso, nas refeições servidas no restaurante popular, 30% dos alimentos utilizados para a sua preparação também são adquiridos dos 38 agricultores cadastrados. O restaurante popular existente na cidade é estadual, funciona de segunda a sexta-feira fornecendo cerca de 1500 refeições por dia, ao preço de 1 real por refeição.

Pensando no incentivo às atuais e futuras gerações responsáveis pela garantia da segurança alimentar em Vitória do Mearim, a prefeitura

firmou uma parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para a criação de um curso na área de agroecologia, com o objetivo de formar adolescentes e jovens filhos de agricultores. Como perspectiva de avançar na produção e beneficiamento dos alimentos, estão sendo construídos convênios e parcerias para a implementação de uma agroindústria muito em breve. Tudo isso aponta para um acúmulo importante de experiências diversificadas de SAN, que inspiram e incentivam outros municípios a caminharem na mesma perspectiva de superação do cenário da fome e de criação de alternativas de renda para a população.

3.2. CIDADES DA EDIÇÃO ANTERIOR



ALVARÃES (AM)

População (Censo 2022):

15.866 habitantes

Área: 5.923 km²

Localizado na Amazônia Legal, o município de Alvarães faz parte do estado do Amazonas e possui uma população em torno de 16 mil habitantes (IBGE), dentre eles indígenas, ribeirinhos e outros povos tradicionais. Seu território é entrecortado pelo rio Solimões, o que confere um destacado papel ao poder público local no que concerne às atividades de preservação dos ecossistemas.

Entre as iniciativas da gestão municipal, destaca-se o mapeamento das comunidades indígenas e tradicionais para identificar as cadeias produtivas prioritárias e conhecer o potencial produtivo local. Através do georreferenciamento, tem sido possível fazer este reconhecimento



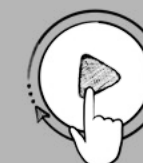
TEMAS

preservação da agrobiodiversidade, governança inclusiva, populações tradicionais e povos indígenas

e avançar num modelo de produção de alimentos da sociobiodiversidade, identificar as dificuldades e construir soluções. Tem havido um esforço por abranger outras culturas que têm sido menos aproveitadas na produção de alimentos numa escala mais ampla. A cultura alimentar baseada no pescado da região e nos alimentos da floresta é valorizada e preservada.



A preservação de espécies nativas associada à produção local de alimentos tem sido o carro-chefe das políticas e ações da prefeitura, em parceria com populações indígenas e tradicionais.



Uma iniciativa importante a ser destacada tem sido a capacidade de identificar elementos que propiciam a análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Alvarães, o que só é possível através de uma ação integrada das várias secretarias municipais, em parceria com a população. A análise destes dados dá a real dimensão dos impactos positivos das políticas de SAN no município. A relação entre sociedade civil e gestão municipal é um dos principais fatores responsáveis por se alcançar estes resultados.

A Amazônia brasileira tem atraído os olhares e as preocupações de todo o mundo para si, levando em conta o papel que esta região desempenha na mitigação da crise climática em curso. Mesmo sendo um município de pequenas proporções quando comparado à imensidão do bioma da Amazônia, as experiências de Alvarães voltadas aos sistemas alimentares em sintonia com a preservação da floresta assume uma importância ímpar e uma inspiração às gestões municipais.





TEMAS

marco legal de SAN, soberania alimentar, desenvolvimento circular



BELÉM (PA)

População (Censo 2022):

1.303.389 habitantes

Área: 1.059 km²

Quando se trata de avanços nas políticas de SAN, a cidade de Belém se destaca por se reinventar na execução de políticas alimentares aliadas à cultura local. Sempre preocupando-se em construir mecanismos eficientes na gestão municipal, a capital do estado do Pará tem conseguido superar os desafios, consolidar políticas bem-sucedidas e galgar novos degraus na condução das iniciativas voltadas aos sistemas alimentares.

No último ano, foi possível verificar a aplicação e fortalecimento do programa municipal de transferência de renda, o que garante um aporte importante para a segurança alimentar das famílias beneficiárias deste programa. Também

observou-se a manutenção e ampliação do percentual dos recursos destinados às compras públicas da alimentação escolar - PNAE para aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Em 2021, este percentual foi de 39%, e em 2022 foi ampliado para 50% do recurso total. A elaboração do cardápio é feito levando-se em conta os costumes alimentares, num diálogo coordenado entre alunos e agricultores, onde as preferências alimentares são atendidas de forma coordenada com a disponibilidade dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar local.

Uma novidade exitosa no que tange ao sistema alimentar circular e combate ao desperdício



de alimentos foi o



beneficiamento do caroço do açaí para transformá-lo em farinha, a ser utilizada para preparar um tipo de pão com quantidade reduzida de insumos externos.

Através da Coordenação das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional - COPSAN, a prefeitura de Belém visa fortalecer a cultura de alimentação saudável da população e reduzir o desperdício dos caroços deste fruto que é largamente consumido na região.

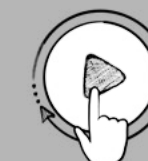
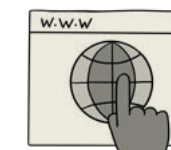


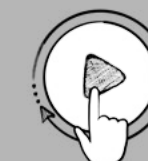
A produção do pão do caroço de açaí é uma iniciativa pioneira, fornecendo três mil pães diariamente para o consumo nos vários órgãos da rede municipal e evitando o desperdício.

Este projeto, coordenado pela COPSAN, realizou pesquisas e testes laboratoriais até chegar ao resultado esperado e obter as licenças necessárias à produção do pão.

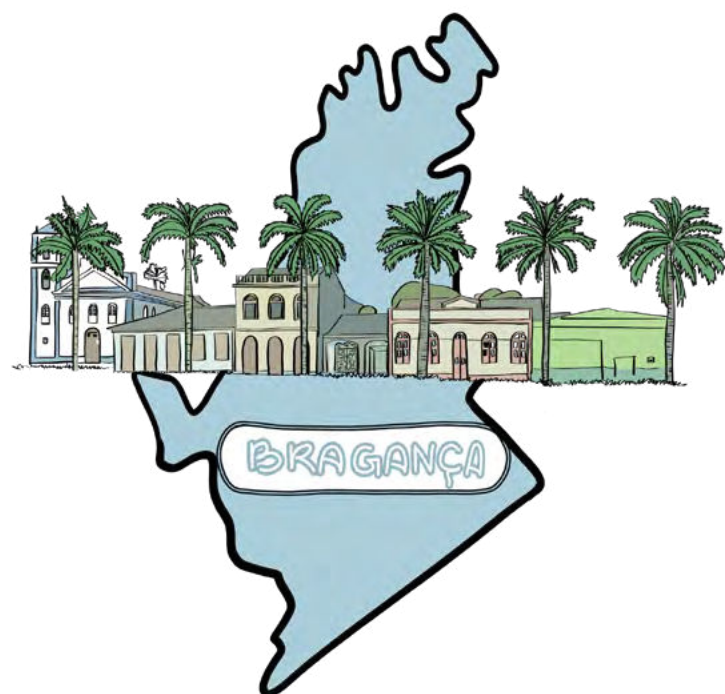
O marco legal no sistema alimentar de Belém também passou por avanços com a sanção da Lei municipal nº 9.789, no dia 5 de agosto de 2022. Esta lei formalizou a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), pois criou os componentes do município de Belém dentro do sistema. Também define os parâmetros necessários à elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Com isto, a gestão municipal, através da COPSAN, poderá avançar na execução de novos planos e programas voltados para a segurança alimentar da população mais vulnerável.

Em parceria com o Instituto Escolhas, o município realizou recentemente um mapeamento dos alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares. A coleta dos dados foi feita no ano de 2022 e, a partir deles, foi criada uma **plataforma** que consolida e dá acesso a estas informações, o que contribui para planejar as políticas públicas municipais de SAN. Também existem três cooperativas na cidade, que organizam as e os agricultores em torno de experiências produtivas. Com estas experiências, Belém vai se consolidando como uma vitrine em meio à Amazônia, garantindo segurança alimentar em sintonia com a cultura alimentar dos povos da floresta.





TEMAS

**diagnóstico de SAN,
governança inclusiva****BRAGANÇA (PA)****População (Censo 2022):****123.082 habitantes****Área: 2.124,234 km²**

O município de Bragança está localizado às margens do rio Caeté, no estado do Pará, e possui cerca de 123 mil habitantes (IBGE). A cidade tem se destacado pelas iniciativas direcionadas aos sistemas alimentares, seja em relação ao marco legal e aos mecanismos de construção transversal das políticas, seja na criação e execução de políticas voltadas à produção de alimentos, compras públicas e comercialização feitas através da agricultura familiar.

Mesmo em meio às dificuldades encontradas pela gestão, provenientes da pandemia do COVID-19, foi dada continuidade a estas iniciativas que se apoiam no incentivo à agricultura familiar e à garantia do acesso à alimentação diversificada e saudável aos setores mais vulneráveis da

população. O apoio técnico à produção de alimentos da agricultura familiar favorece o fornecimento destes alimentos às compras públicas através do PNAE e PAA, incorporando a cultura alimentar local com itens provenientes da atividade extrativista. A produção de mudas de frutíferas e de alimentos agroecológicos tiveram continuidade nos quintais produtivos e viveiro de mudas. Tem sido feito um trabalho de sensibilização dos agricultores para a comercialização prioritária dos alimentos para o PAA.

Mais recentemente, foi iniciado um programa nomeado de



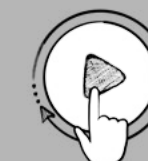
Minha Casa de Farinha, no qual se pretende que a produção de Farinha de Bragança seja reconhecida como um produto próprio da localidade. A produção é realizada de forma artesanal

e espera-se desenvolver e sensibilizar os produtores a produzir de forma sustentável este produto.

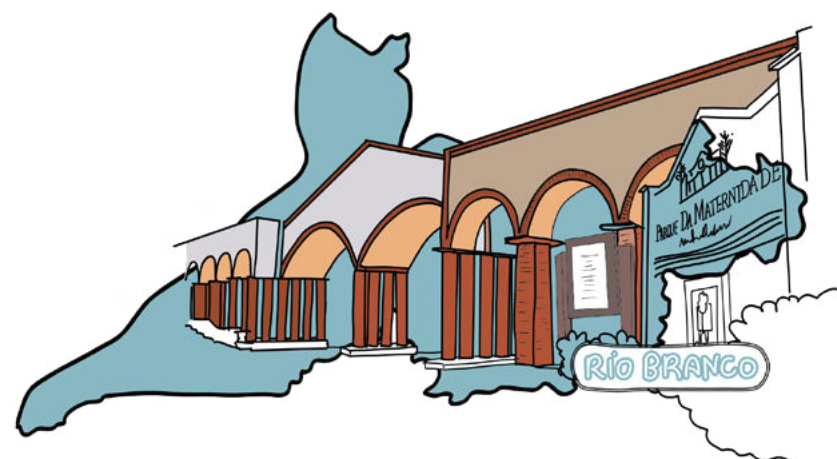
Entre as oportunidades que se apresentam num horizonte próximo, está a criação do Projeto Mesa Bragança, que pretende agregar a destinação alimentos a instituições do município e a realização de oficinas de aprendizagem e conscientização no uso integral dos alimentos e de formas mais acessíveis para a sua utilização. Também vislumbra-se a conquista de uma feira de agricultores que pode vir a se concretizar através de parcerias entre as secretarias e entes públicos no âmbito federal.

Para avançar nas políticas alimentares em Bragança, a prefeitura vem se dedicando à realização de um diagnóstico da situação de SAN no município, de forma a levantar os dados que irão consolidar as ações futuras da gestão. Também foi feita a reativação da CAISAN, que cumprirá um importante papel na execução intersectorializada e transversal das políticas. A realização da conferência de SAN no município também contribui para consolidar todas essas iniciativas e para que se possa, posteriormente, elaborar e publicar o Plano Municipal de SAN.





TEMAS

**agricultura urbana,
marco legal de SAN**

RIO BRANCO (AC)
População (Censo 2022):
364.756 habitantes
Área: 8.835 km²

Localizada na Amazônia Legal, a cidade de Rio Branco vem se consolidando no que tange à segurança alimentar e nutricional. A gestão municipal prioriza a manutenção e inovação das iniciativas voltadas aos sistemas alimentares, com experiências que vão desde o incentivo à produção de alimentos, passando pelos avanços no marco legal e na manutenção e implementação de equipamentos sociais. Tudo isso com lastro na construção do plano municipal de SAN.

O exitoso Programa de Hortas Comunitárias afirmou-se como uma experiência bem-sucedida de agricultura urbana desenvolvida em terrenos públicos cedidos pela prefeitura. As e os agricultores que participam deste programa continuam recebendo incentivos para a produção (capacitação, assistência técnica, insumos),

escoamento e comercialização nas feiras agroecológicas. São oferecidas capacitações específicas para mulheres e jovens, como um incentivo de geração de renda e empregos a estes setores da população. As iniciativas no município se consolidaram como uma garantia da segurança alimentar e de renda para produtores locais, além de fornecer alimentos à população local. Em 2022,

foram implantadas hortas em sete vazios urbanos, onde se produz hortaliças e frutas como cacau, cupuaçu, jabuticaba e buriti. Desta produção, 50% é comercializada para os restaurantes populares e para alimentação escolar (ensino fundamental e ensino médio), ou então doada ao centro POP.



A produção de biocomposto é feita em larga escala no município para atender à demanda produtiva local. A compostagem é entregue à Secretaria de Agropecuária para que seja doada aos pequenos produtores rurais, sendo também usado para plantio nas áreas urbanas. A prefeitura iniciou um projeto de hortas em parques públicos, que em breve pretende introduzir o sistema de hidroponia na produção. Além desses projetos, iniciou-se também as hortas fazendinhas, que estão sendo implementadas nas escolas municipais para incentivar a alimentação saudável, conservação do solo e agroecologia desde o ensino fundamental.

O marco legal em Rio Branco teve avanços importantes no último período com a criação e consolidação da CAISAN e do CONSEA. A criação e manutenção do PAA municipal também merece destaque, pois é a partir dele que se pretende adquirir vários alimentos preparados no restaurante popular. A prefeitura possui convênios com empresas de bolachas saudáveis (bolachas com castanhas), que recebem contrapartida de isenção fiscal para desenvolvimento de produtos mais saudáveis. O mesmo é feito com a ACREAVES, uma cooperativa local de criação de aves. Todas essas iniciativas já renderam vários prêmios à gestão municipal.

Para o futuro, pretende-se construir e implementar o plano de SAN de Rio Branco, que foi incentivado pela assessoria fornecida pelo LUPPA em 2022. Uma das metas é fazer o levantamento e planejamento em todas as secretarias, realizando encontros para a formulação conjunta de minutas e documentos para que se avance num plano municipal de governança.



SANTARÉM (PA)
População (Censo 2022):
331.937 habitantes
Área: 17.898 km²

Santarém se destaca como uma das principais cidades do estado do Pará, com foco nas políticas voltadas para sistemas alimentares locais, que vêm se consolidando como uma referência na região amazônica. A cidade participou da primeira edição do **LUPPA** e as ações já destacadas nos **Cadernos LUPPA - Aprendizados do 1º LAB** foram mantidas, ao passo que outras foram sendo criadas a partir das demandas na produção de alimentos, na alimentação escolar e na organização de produtores.

No último período, a gestão municipal vem avançando na oferta de apoio à mecanização e assistência técnica aos pequenos produtores, a fim de melhorar áreas antropizadas, contribuindo para otimizar a produção e a produtividade, evitando o êxodo rural e aumentando a



TEMAS

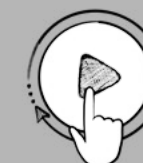
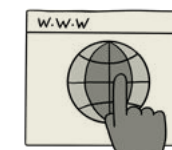
populações tradicionais e povos indígenas, alimentação escolar, governança inclusiva

produtividade dos pequenos agricultores do município. Também são feitas orientações no processo de emissão de notas fiscais e abertura de contas, que facilitam a comercialização da produção através das chamadas públicas de compra de alimentos. A partir de 2020, houve um aumento significativo no volume comercializado.

Em relação à alimentação escolar, a prefeitura realizou capacitação e treinamento de profissionais no mês de novembro de 2022, com cerca de 120 servidoras que atuam na preparação dos alimentos e refeições.



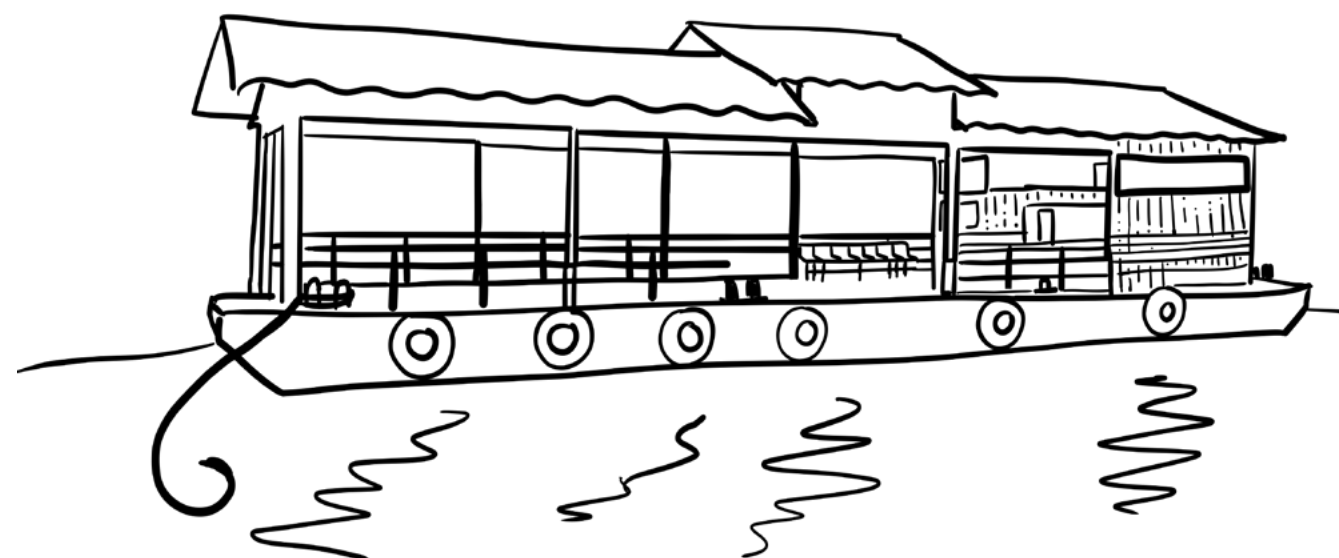
Foram montados 51 cardápios distintos na alimentação escolar para contemplar os hábitos e costumes alimentares dos escolares.





A capacitação também tinha o objetivo de levar em conta as mudanças previstas na última resolução do PNAE, que orienta quanto à proibição de açúcar e ultraprocessados na alimentação escolar, principalmente para crianças de 0 a 3 anos, priorizando a introdução de alimentos in natura, como frutas.

Os povos ribeirinhos de Santarém também recebem apoio e assistência da prefeitura, o que levou ao estreitamento na relação de confiança entre ambos. As orientações com relação a questões fiscais e processos de compra resultou no aumento da produtividade de alimentos pelos ribeirinhos, que garante a segurança alimentar e comercialização direcionada ao poder público. Estas iniciativas renderam um prêmio do SEBRAE à gestão municipal, pelo projeto de apoio aos ribeirinhos.



CONCLUSÃO

4

AMAZÔNIA
CADERNOS
LUPPA



CONCLUSÃO

A segunda edição do **LAB LUPPA** contou com a presença de representantes de 9 cidades da Amazônia Legal, sendo quatro estreantes - Abaetetuba/PA, Barcarena/PA, Palmas/TO e Vitória do Mearim/MA - e cinco veteranas, que ingressaram no **LUPPA 1** e renovaram sua participação - Alvarães/AM, Belém/PA, Bragança/PA, Rio Branco/AC, Santarém/PA. As 9 se juntaram a mais 17 cidades de diferentes tamanhos e realidades das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País, sendo 12 participantes e 5 mentoras. Assim, foi mantido o percentual de mais de 40% de representatividade da Amazônia Legal entre as cidades participantes do **LUPPA**.

Nas entrevistas iniciais, diante de uma lista de temas a serem

priorizados, os municípios do **LUPPA** concordaram ao apontar que se interessavam em implementar ou fortalecer no curto prazo os programas de “incentivo fiscal para agricultura urbana e periurbana” e “assistência técnica de transição agroecológica e orgânica aos produtores familiares do município”.

No entanto, no terceiro lugar no ranking de interesse da Amazônia Legal, ficaram os temas de “cardápio da alimentação escolar com redução de carne vermelha”, “hortas comunitárias”; e “feiras de alimentos frescos de produção orgânica ou agroecológica”, enquanto que para as demais regiões ocupa uma posição bem inferior. Já os temas “compostagem”, “banco de alimentos”, “banco de mudas e/ou sementes para

a agricultura urbana e periurbana” e “reuso de águas cinzas” são mais atrativos para as demais regiões do país, quando comparados ao interesse pelas cidades localizadas na Amazônia Legal.

Em termos metodológicos, a grande novidade da edição foi a oportunidade de ter realizado o **LAB** em formato presencial, promovendo engajamento maior entre os participantes, maior presença de representantes da sociedade civil nos Conselhos de SAN, e melhor aproveitamento das ferramentas metodológicas do **LUPPA** - como o exercício do **Projeto Âncora** e do **Mapeamento Sistêmico**.



De fato, a representação dos conselhos de controle sociais das cidades participantes durante o **LAB** foi bem mais expressiva que na primeira edição: 66% dos municípios contaram com a participação de membros da sociedade civil em harmonia com representantes das prefeituras, cumprindo um dos principais objetivos do **LUPPA** que é alavancar a construção de políticas públicas com participação social. Além disso, é importante também registrar que mais de 60% dos participantes presentes no **LAB** eram mulheres.

O outro destaque foi a ampla participação de capitais brasileiras no **LAB**, demonstrando a relevância da agenda de SAN ao longo de todo o Brasil, e a tendência do comprometimento com essa agenda, já que as capitais são referências de ações e políticas públicas em diferentes esferas. As capitais

engajadas na comunidade **LUPPA** são Rio Branco, Belém, Palmas, representantes da Amazônia Legal, além de Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e destaque para São Paulo, cidade mentora e sede do evento presencial.

O engajamento e comprometimento das cidades puderam ser verificados ao longo das edições do **LUPPA**, mas em especial no evento presencial, que teve grande adesão do início até o fim dos 3 dias de oficinas. Os participantes chegaram muito motivados e relataram na colheita final que saíram ainda mais motivados com ideias que outras cidades trouxeram e comprometidos em incluir a pauta de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis como agenda central das políticas públicas municipais.

A realização do **LAB** presencial confirmou a habilidade de manter

a adesão e o engajamento das cidades participantes e parceiros, mas também de inovar em sua proposta metodológica de laboratório social voltado a buscar as causas sistêmicas da atual conformação dos sistemas alimentares, para que uma verdadeira transformação possa ser colocada em prática a partir das políticas públicas municipais. Todas as atividades propostas foram norteadas pelos quatro princípios do **LUPPA**: intersectorialidade, compromisso político, participação social e aprendizado mútuo.

Todos estes fatores são características intrínsecas do **LUPPA**, o que enriquece a troca e o compartilhamento de experiências entre as cidades, e forma uma comunidade engajada e



comprometida com a transformação dos sistemas alimentares. **O LUPPA LAB #2** permitiu um resultado mais impactante para os participantes, fortalecendo os vínculos, a construção de uma rede de apoio e, finalmente, o despertar da inteligência coletiva das cidades participantes. É exatamente com este resultado que se faz possível e real a mudança de cultura na gestão pública para o tema de sistemas alimentares e compreensão do verdadeiro e amplo papel das políticas alimentares.

As mensagens planejadas foram transmitidas e plantou-se a semente da transformação nos participantes e cidades presentes. O impacto causado já é real e as cidades saíram deste grande encontro com uma maior convicção da relevância da construção compartilhada da pauta de

sistemas alimentares nos municípios - com participação social, engajamento, uma governança mais ampla e inclusiva, e visão sistêmica e intersetorial. Nosso objetivo de revisar o conceito de políticas de SAN para além do combate à fome, integrando também as agendas climáticas e do desenvolvimento sustentável, com planejamento e priorização, foi igualmente alcançado.

Ainda sobre o impacto das trocas de experiências de cruzamento de informações, desafios e oportunidades, esta segunda edição reforça o potencial das mentorias e sua metodologia de cooperação aprofundada.

O cruzamento nem sempre tão óbvio de cidades de diferentes tamanhos, regiões e características, nos traz a potência brasileira e como as diferenças regionais podem ser um fator

de integração de soluções que podem ser adaptadas aos diferentes contextos. Nesta edição, as cidades testemunharam na prática, como ações em logística de cidades amazônicas, podem inspirar soluções em cidades do sudeste, soluções tecnológicas, como softwares e sistematização de dados eletrônicos, podem ser adequadas nas administrações públicas de diversas cidades participantes e diversos outros exemplos.

Os relatos durante as mentorias, nos mostra que foi possível absorver não apenas “o quê”, o “quem” e “quanto tempo” leva para implementar uma política pública, mas que a riqueza deste grupo é a troca de “como” foi implementada. Conhecer quais etapas, erros, acertos, conselhos e depoimentos sobre a jornada de implementação, pode trazer muitas ideias de novos caminhos a seguir.



Políticas Alimentares Municipais no Brasil na perspectiva do LUPPA: conquistas e desafios

Ao longo das atividades da edição, que incluem o já referido **LUPPA LAB**, mas também as entrevistas e diagnósticos por cada cidade, diversas oficinas e seminários virtuais, e os **Projetos Âncora** que as cidades elaboram após o **LAB**, é possível desenhar algumas conclusões a título de principais interesses, avanços de agenda, alguns gargalos e pontos de atenção.

Algumas análises reforçam o que já vinha se levantando na edição anterior, como a pauta da agroecologia e a da soberania alimentar identificadas como ferramentas de chamada das juventudes para as agriculturas, tendo em vista que praticamente todas as cidades apontam

o desafio de reter jovens no exercício da prática de produção de alimentos, seja no meio rural ou urbano.

O mesmo se diga em relação à introdução de recorte de gênero no desenho dessas políticas, evidenciando-se uma festejada prática de elaborar programas e ações municipais em tema de sistemas alimentares que valorizem, priorizem e evidenciem o papel da mulher.

A preservação da agrobiodiversidade e o despertar para a pauta da bioeconomia e da "floresta em pé", ficaram bastante evidentes nesta edição como caminho para construção de uma nova economia, mais justa, inclusiva e sustentável, para a Amazônia

Legal. Contando com a aliança dos saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais com a pesquisa e inovação como parte da solução. Isso se traduz no interesse dos governos locais por políticas e programas voltados tanto à valorização nacional e internacional dos alimentos locais e as técnicas ancestrais, à confecção de cardápios sóciobiodiversos da alimentação escolar quanto a bancos de sementes, apoio à logística e segurança.

Na Amazônia Legal, o crescente acesso dos Povos Indígenas, Quilombolas e de Comunidades Ribeirinhas, Extrativistas e



Caiçaras às compras institucionais do PNAE, fomentado por comissões como a **Catrapovos**¹, tem impulsionado o desenvolvimento local, fomentado a soberania e segurança alimentar e nutricional, a valorização do conhecimento e sistemas de produção tradicionais, a geração de renda e a maior autonomia e controle social, além da valorização e adequação cultural com vistas a melhoria da qualidade da alimentação escolar.

Reforçando o que já se havia notado na primeira edição do **LUPPA**, ante a então recente crise de aumento alarmante das taxas de insegurança alimentar no país, o interesse pelas ações municipais de combate à fome seguem em alta. A pandemia de Covid-19, somada à redução de orçamentos federais para os principais programas estruturais de

combate à fome, fizeram os municípios assumirem cada vez mais a agenda da segurança alimentar e a criarem medidas garantidoras de resiliência, sendo notório o crescimento de interesse em investir em programas como os de cozinhas comunitárias e restaurantes populares, assim como em bancos de alimentos, e até mesmo em programas municipais de aquisição de alimentos, no modelo do PAA federal.

Aliás, como resposta aos drásticos cortes do PAA federal nos anos anteriores e à perda de valor real do orçamento do PNAE, pode-se notar nos municípios mais rurais que aqueles que não tiveram como garantir o fomento à produção local através de compra pública de alimentos, voltaram seus interesse a iniciativas de fomento e

1. Catrapovos (Comissão de Alimentos de Povos Tradicionais), é uma iniciativa do Ministério Público Federal, criada em 2021, que atua para assegurar o cumprimento da compra, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de no mínimo 30% de produtos alimentícios da agricultura familiar e garantir o direito dos povos e comunidades tradicionais à alimentação escolar adequada aos seus processos próprios de produção e à sua cultura alimentar



apoio à comercialização e distribuição da produção local através de feiras e mercado públicos, assim como em agregar valor à produção local através de assistência técnica e beneficiamento de alimentos. Essas formas de apoio à agricultura familiar local também se viram presentes mesmo nos municípios que conseguiram manter a compra pública, seja através da contrapartida no PNAE ou pela criação dos já referidos Programas Municipais de Aquisição de Alimentos.

O interesse em fomento à comercialização e agregação de valores ao produto local é nítido também nos municípios mais urbanizados, com forte presença de agricultura urbana e periurbana, que, como se verá adiante, é historicamente carecedora de espaço nas compras públicas de alimentos.

A mudança de governo federal em 2023 e a anunciada reestruturação do SISAN nacional e das estratégias nacionais para segurança alimentar e nutricional tiveram evidente efeito em cascata nos municípios. Mesmo naqueles em que o SISAN municipal está ativo, com Conselho, CAISAN e Conferência já programada, é visível que a oportunidade da agenda retomar destaque no âmbito federal impulsionou as atividades dos SISANs municipais. Na **2ª edição do LUPPA** percebeu-se um nítido salto de interesse na ativação das estruturas de governança participativa municipais e mesmo na adesão e/ou renovação de adesão ao SISAN nacional.

Esse movimento também pode ser sentido tanto na demanda quanto na expectativa que as cidades **LUPPA**

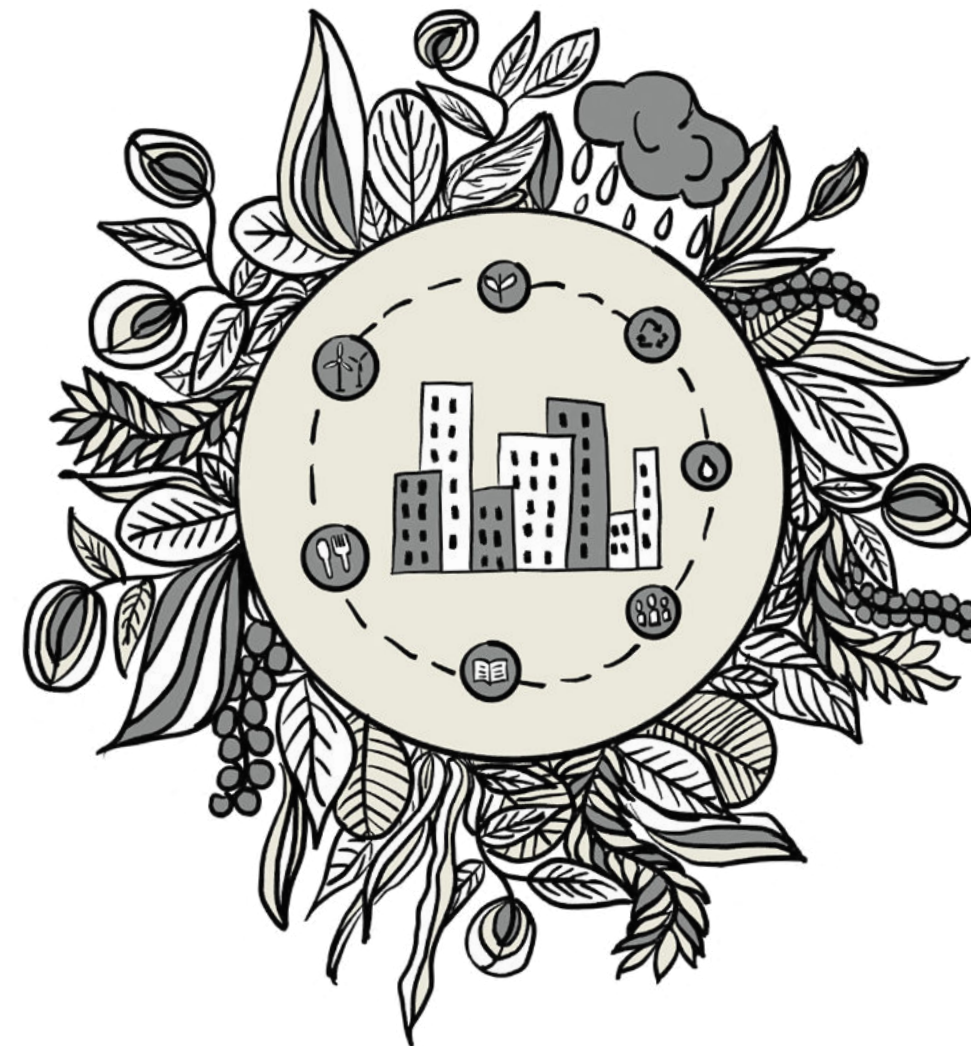
demonstraram por uma estratégia nacional do governo federal para as cidades, e o melhor delineamento do papel do governo federal na coordenação dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional. Uma revisão desses papéis e dos formatos dos espaços tripartites de governo ainda é aguardada.

Uma questão bastante presente na 1ª edição foi a compreensão ou conscientização da necessidade da transformação de "políticas de governo" em "políticas de estado". Durante as atividades do **LUPPA LAB #1** muito se falou sobre essa necessidade de dar resiliência e garantia de duração à agenda dos sistemas alimentares. Nesta 2ª edição foi possível notar que essa demanda evoluiu para o reconhecimento de que



tal transformação passa pela institucionalização das pautas políticas, tanto via marcos legais quanto em organização das agendas de ação da administração pública. Percebeu-se um ampliado interesse na construção dos Planos estratégicos de SAN, sendo que muitas cidades **LUPPA** já estão dando seus primeiros passos nesse sentido.

A pauta vem ganhando mais centralidade política, embora ainda permaneça aquém da importância devida. Aspectos mais imediatos e emergenciais, principalmente ações de combate à insegurança alimentar, ainda são mais "convincentes" politicamente do que ações voltadas a atacar as raízes do problema e conectá-las à agenda climática e de desenvolvimento sustentável - o que não significa que essa pauta mais ampliada não tenha vez, muito pelo contrário. O compromisso com essa visão mais integrada e coerente da agenda da alimentação urbana esteve evidente na 2ª edição.



A 2ª edição do LUPPA também tornou evidente alguns pontos de atenção e oportunidades de ação.

No tocante ao acesso da agricultura familiar, especialmente à agricultura urbana, aos programas de compras públicas de alimentos, a emissão de DAP - e seu substituto CAF - é um desafio histórico que ainda não foi endereçado. As situações variam bastante no país, especialmente em razão de uma maior ou menor atuação proativa da respectiva EMATER estadual, no que tange à emissão das DAPs, e muita apreensão tem sido demonstrada quanto às exigências de seus substitutos CAF. Ao ponto da CONAB, emergencialmente aceitar a substituição do CAF pelo Cadastro Único para cumprir as exigências para aquisição de alimentos fornecidos por Povos Indígenas e

Populações e Comunidades Tradicionais para o PAA com doação simultânea. Já quanto à documentação da agricultura urbana, a situação é basicamente a mesma no país todo, de quase inviabilidade de emissão da DAP, indicando que esse permanece sendo um gargalo para o avanço do apoio ao desenvolvimento da agricultura urbana a partir do instrumento da aquisição pública de alimentos.

Um tema que pode parecer menos relevante mas que representa um gargalo e ao mesmo tempo um grande potencial transformador, seja pelo aspecto da saúde, pelo aspecto social, e pelo ambiental, é o do desafio de inclusão do pescado artesanal local na alimentação

escolar. Verifica-se que os municípios que têm comunidades pesqueiras estão mais preocupados em buscar enfrentar o tema, especialmente sob o ponto de vista da inspeção municipal e garantia da segurança do alimento, que contudo não são os únicos gargalos dessa questão. O desafio logístico, o acondicionamento refrigerado nas escolas e a capacitação dos/as profissionais das cozinhas escolares também são indicados como pontos a serem trabalhados. Introduzir o pescado local e artesanal na alimentação escolar já é realidade para alguns municípios **LUPPA**, mas para outros ainda permanece uma realidade distante.



Ainda no tema da produção local de alimentos, o acesso à terra para agriculturas no território urbano continua sendo apontado como um grande desafio municipal, ante as investidas da especulação imobiliária e a dificuldade de geração de renda com a agricultura urbana. Não só quanto à agricultura urbana, mas igualmente no tocante aos conflitos agrários, aos assentamentos da reforma agrária, e às comunidades tradicionais, verifica-se que sobre os governos municipais recai uma enorme parcela da necessidade de fomentar e apoiar essas agriculturas. E no entanto, ainda se mostra tímido o amadurecimento da compreensão de que o investimento em agricultura urbana e periurbana, para além das pautas do abastecimento alimentar e da geração de renda, pode e deve ser visto pelos governos municipais como um importante serviço ecossistêmico, especialmente

se adotados os modelos de agrofloresta e outros modelos agroecológicos.

Outro ponto carente de maior atenção diz respeito à interação entre governos municipais e governo estadual e aos espaços de apoio, suporte e coordenação que os governos estaduais podem ocupar nessa agenda, especialmente no tocante à produção e abastecimento de alimentos.

Por fim, vale destacar que a estrutura da CAISAN municipal é ainda uma grande promessa à espera de efetivação em muitas cidades LUPPA. Sabe-se que as administrações municipais variam muito em formas de organização e organogramas, o que é absolutamente razoável, tendo em vista a diversidade de interesses e demandas prioritárias de cada território. Assim, se para alguns municípios faz sentido centralizar as ações de SAN em uma única

secretaria de governo, para muitos outros, centralizar a gestão da área seria uma meta inatingível. Por isso, ainda que não haja um órgão executivo mais central, a concertação entre agendas pode e deve se dar através da CAISAN. No entanto, as cidades relatam dificuldade em criar, implementar e manter ativas as CAISANs municipais, o que indica que o componente político (centralidade política da agenda de sistemas alimentares) ainda precisa evoluir.

Para fechar as oportunidades de temas que foram ventilados nesta 2ª edição e que certamente merecerão destaque na próxima edição, verifica-se que o tema das parcerias com entidades públicas estatais, entidades do



Sistema S, universidades e parceiros do setor privado ainda é um grande ponto a ser explorado e verdadeiro potencial de ampliar os investimentos na agenda.

Os municípios de um modo geral conhecem apenas em parte o potencial de apoio das entidades do Sistema S. O tema das parcerias público-privadas para ativar sistemas alimentares sustentáveis, naturalmente com o devido cuidado de se alertar para, e se evitar, os conflitos de interesse no âmbito do setor alimentar, ainda pode ser mais bem explorado com os governos locais e seus órgãos de atuação da agenda alimentar.

Essas são, portanto, as análises que a **2ª edição do LUPPA** propiciou. Mas a mensagem central é que muito se tem avançado nas gestões municipais; grande é o interesse e o compromisso com a pauta dos sistemas alimentares; e articulação, capacitação, treinamentos e aprendizagem

a partir de casos concretos ainda são demandas bastante presentes.

O trabalho e a metodologia empregados num laboratório de políticas públicas são a resposta mais ágil e impactante que se tem para alcançar as metas de desenvolvimento sustentável no horizonte de 2030. O reconhecimento deste modelo inovador veio em julho de 2023, com a menção do **LUPPA** na publicação das Nações Unidas "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo" (**SOFI 2023**), elaborado por suas agências **FAO, PMA, FIDA, UNICEF** e **OMS** para acompanhamento do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável). O SOFI 2023, com o título "Urbanização, transformação dos sistemas agroalimentares e dietas saudáveis no contínuo rural-urbano", indica o Brasil, em razão do **LUPPA**, como exemplo mundial de inovação em "food labs", a endereçar as soluções necessárias para a transformação dos sistemas alimentares.

